

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA JAURU TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

(a) **JAURU TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Câmara, n.º 160, sala 419, Centro - CEP 20020-080, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 08.583.456/0001-33, neste ato representada na forma do seu estatuto social (“Emissora”);

e, como agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das debêntures da 1ª (primeira) emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da Emissora (“Debenturistas” e, individualmente, “Debenturista”),

(b) **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 500, bloco 13, Grupo 205, Barra da Tijuca, CEP 22640-100, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Agente Fiduciário”);

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente “Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Jauru Transmissora de Energia S.A.” (respectivamente, “Escritura de Emissão”, “Emissão” e “Debêntures”), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:



1



## CLÁUSULA PRIMEIRA – DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a assembleia geral extraordinária da Emissora, realizada em 20 de dezembro de 2011 (“AGE”), na qual foram deliberadas, entre outras coisas, as condições da Emissão, conforme disposto no parágrafo 1º artigo 59 da Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).

## CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS

A emissão das Debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

### 2.1. Registro na CVM e na ANBIMA

2.1.1. A Emissão será realizada nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”) e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

2.1.2. A Emissão não será registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação (“Oferta Restrita”), nos termos do artigo 25, §1º do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários (“Código ANBIMA”).

### 2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e Publicação da Ata de AGE

2.2.1. A ata da AGE que deliberou a Emissão foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (“JUCERJA”) em 26 de dezembro de 2011, sob o n.º 00002275198 e foi publicada em 16 de janeiro de 2012 no (i) Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e (ii) no Jornal “Diário Mercantil”, em conformidade com o artigo 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.2.2. A Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário cópia da ata da AGE que deliberou a Emissão devidamente arquivada na JUCERJA, bem como das referidas publicações, em até 5 (cinco) dias contados a partir das datas de arquivamento e publicações, respectivamente.



2





### **2.3. Registro da Escritura de Emissão e Eventuais Aditamentos**

A Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão registrados na JUCERJA, de acordo com o artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações. A Emissora enviará ao Agente Fiduciário uma via original da Escritura de Emissão e dos eventuais aditamentos registrados na JUCERJA em até 5 (cinco) dias contados da obtenção do registro.

### **2.4. Registro para Colocação e Custódia Eletrônica**

2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário no SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”) e negociação no mercado secundário no SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição e a negociação liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2. Não obstante o descrito no item 2.4.1. acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 e do cumprimento pela Emissora das obrigações previstas no artigo 17 da referida Instrução.



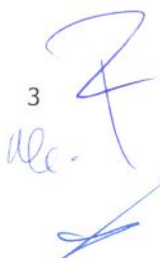
## **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

### **3.1. Objeto Social**

Nos termos do artigo 4º de seu Estatuto Social, a Emissora tem por objeto social as seguintes atividades: (i) a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos; e (ii) a prestação de serviços de implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica.

### **3.2. Séries**

A Emissão será realizada em série única.

  
  
3  
UCC  


### 3.3. Valor Total da Emissão

O valor total das Debêntures, na Data de Emissão, conforme definida abaixo, será de até R\$158.000.000,00 (cento e cinquenta e oito milhões de reais) ("Valor Total da Emissão").

### 3.4. Quantidade de Debêntures

Serão emitidas até 158 (cento e cinquenta e oito) Debêntures.

### 3.5. Destinação de Recursos

Os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados para (a) quitação da dívida de curto prazo da Emissora representada pela Cédula de Crédito Bancário n.º 3338202 no valor de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), emitida em 28 de dezembro de 2011 em favor do Banco Bradesco S.A. e com prazo de até 61 (sessenta e um) dias ("CCB"); e (b) implantação do tramo norte do projeto Jauru Transmissora de Energia S.A., consistente da prestação do serviço público, por 30 (trinta) anos e em regime de concessão, de transmissão de energia elétrica, incluindo a construção, operação e manutenção de 949 km (novecentos e quarenta e nove quilômetros) de linhas de transmissão, localizadas entre Jauru (MT) e Samuel (RO) ("Projeto").

### 3.6. Número da Emissão

Esta Escritura de Emissão representa a 1ª (primeira) emissão pública de Debêntures da Emissora.

### 3.7. Banco Mandatário e Agente Escriturador

O banco mandatário e o agente escriturador da presente Emissão será o Banco Bradesco S.A., localizado no núcleo administrativo denominado Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12 ("Banco Mandatário" e "Agente Escriturador").

### 3.8. Imunidade Tributária

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa

  
4  
ne.



imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

## **CLÁUSULA QUARTA – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

### **4.1. Colocação**

4.1.1. As Debêntures serão objeto de Oferta Restrita, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação do Banco Bradesco BBI S.A. ("Coordenador Líder"), conforme "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição com Esforços Restritos, da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, Com Garantia Adicional Fidejussória, Em Série Única, da Jauru Transmissora de Energia S.A." ("Contrato de Distribuição").

4.1.1.1. Nos termos do Contrato de Distribuição, a garantia firme dada pelo Coordenador Líder para o volume de até R\$158.000.000,00 (cento e cinquenta e oito milhões de reais), na Data de Emissão, é válida até 31 de julho de 2012 ("Prazo da Garantia Firme"), sendo certo que a partir da data em que ocorrer o primeiro desembolso do Financiamento BNDES (conforme abaixo definido), o Coordenador Líder estará desobrigado a subscrever e integralizar as Debêntures que porventura não tenham sido subscritas e integralizadas até referida data, devendo ser observados também os termos da cláusula 4.13 abaixo.

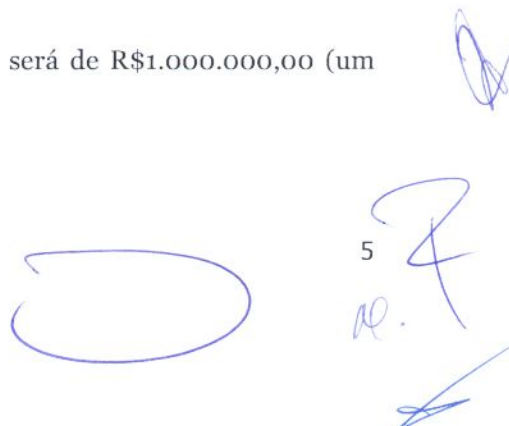
4.1.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476. Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar no máximo 50 (cinquenta) investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409" e "Investidores Qualificados", respectivamente), sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

### **4.2. Data de Emissão**

Para todos os efeitos legais, a Data de Emissão das Debêntures será o dia 16 de janeiro de 2012 ("Data de Emissão").

### **4.3. Valor Nominal Unitário**

O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ("Valor Nominal Unitário").

Handwritten signature and stamp. The stamp is a large, stylized 'O' shape. To the right of the stamp, there is a handwritten number '5' and a signature. Below the signature, there is a handwritten 'R.' and another signature.

#### **4.4. Forma, Conversibilidade e Comprovação de Titularidade das Debêntures**

4.4.1. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural e não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.4.2. Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins de direito e efeitos legais, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Agente Escriurador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND o extrato em nome dos titulares das Debêntures emitido pela CETIP.

#### **4.5. Espécie**

As Debêntures serão da espécie quirografária e contarão com garantia fidejussória, nos termos da cláusula 4.20 abaixo.

#### **4.6. Forma de Subscrição e Integralização**

4.6.1. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme abaixo definido), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização das Debêntures. As Debêntures poderão ser subscritas e integralizadas em datas diversas, a partir da data de início da distribuição até o término do prazo de colocação, em observância ao plano de distribuição previamente acordado entre a Emissora e o Coordenador Líder, conforme estabelecido no Contrato de Distribuição (cada uma, uma "Data de Subscrição e Integralização").

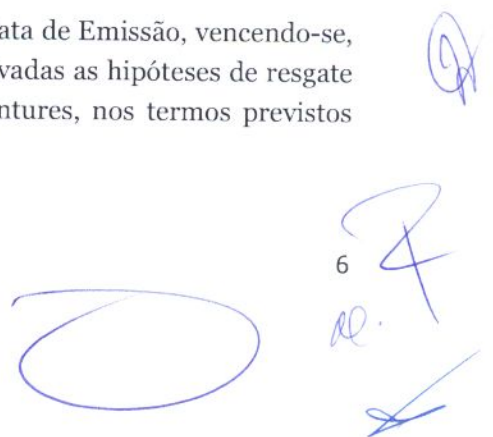
4.6.2. A quantidade de Debêntures que não forem efetivamente emitidas e subscritas até o término do prazo de colocação acima descrito, serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

4.6.3. As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato de subscrição, por meio dos procedimentos do SDT.

#### **4.7. Data de Vencimento**

As Debêntures terão prazo de vigência de 1 (um) ano contado da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 16 de janeiro de 2013 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado obrigatório e/ou de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos previstos

6



nesta Escritura de Emissão.

#### 4.8. Atualização Monetária

O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

#### 4.9. Remuneração

4.9.1. As Debêntures farão jus a uma remuneração (“Remuneração”) correspondente à variação percentual acumulada de 100% (cem por cento) da taxa média diária de juros dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, “over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”), acrescida de um *spread* ou sobretaxa equivalente a 1,60% (um inteiro e sessenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures, desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento ou, conforme o caso, até a data de vencimento antecipado das Debêntures ou Resgate Antecipado Total Obrigatório das Debêntures (conforme definido abaixo), de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (\text{Fator Juros} - 1)$$

Onde:

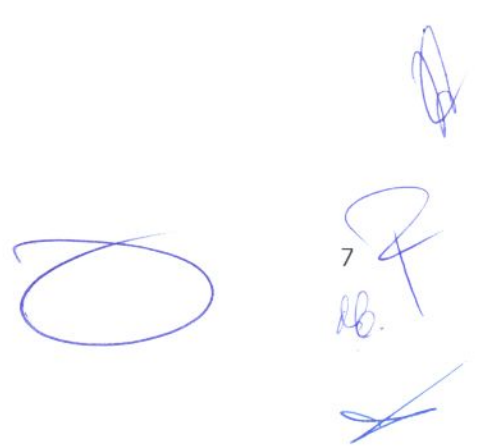
J = Valor dos Juros devidos na Data de Vencimento, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário de emissão das Debêntures, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido do *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator Juros} = (\text{Fator DI} \times \text{Fator Spread})$$

Onde:

The block contains several handwritten signatures and initials in blue ink. At the top right is a small, stylized signature. Below it, to the right, is a larger signature with the number '7' written next to it. To the left of this signature is a large, loopy signature. At the bottom right is another signature, and below it is a checkmark-like mark.



Fator DI = Produtório das Taxas DI-Over, da Data de Emissão, inclusive, até a data do cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

Onde:

k = número de ordens das Taxas DI-Over, variando de 1 (um) até "n";

n = número total de Taxas DI-Over, consideradas desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento, sendo "n" um número inteiro;

$TDI_k$  = Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1, \text{ onde: } k = 1, 2, \dots, n$$

$DI_k$  = Taxa DI-Over, de ordem k, expressa na forma percentual ao ano, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

$d_k$  = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI, sendo " $d_k$ " um número inteiro (a Taxa DI é válida por um dia útil);

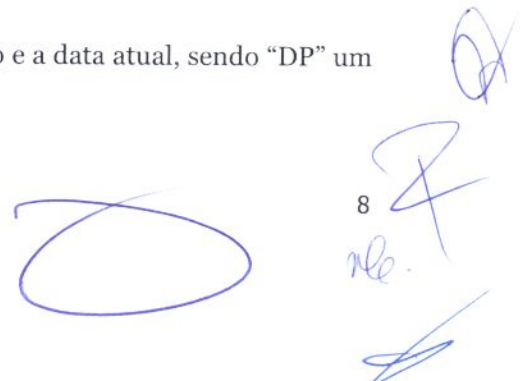
Fator Spread = Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

$$\text{Fator Spread} = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

Onde:

Spread = 1,6000 (dois inteiros e seis mil décimos de milésimos), informado com 4 (quatro) casas decimais;

DP = número de dias úteis entre a Data de Emissão e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.



A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

Observações:

- O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- Efetua-se o produtório dos fatores diários  $(1 + TDI_k)$  sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- O fator resultante da expressão (Fator DI x Fator Spread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.9.2. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta cláusula, será utilizada, em sua substituição, para apuração de  $TDI_k$  a última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades tanto por parte da Emissora e/ou de Elecnor, S.A., Grupo Isolux Corsán, S.A. e Cobra Instalaciones y Servicios, S.A. (em conjunto, "Garantidores") quanto pelo Debenturista, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.9.3. No caso de extinção, limitação, ausência de apuração e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para sua apuração e/ou divulgação e/ou impossibilidade de aplicação às Debêntures da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contados da data de término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos ou da data de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI, conforme o caso, convocar a assembleia geral de debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas"), para deliberação de titulares de Debêntures representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de Remuneração a ser proposto pela Emissora (no modo e nos termos previstos na Cláusula Sétima abaixo). Até a deliberação desse novo parâmetro serão utilizadas, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta cláusula, as fórmulas acima definidas, sendo que para a apuração de  $TDI_k$  será utilizado o valor da última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e/ou os Garantidores e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

4.9.4. Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, a Emissora e os Garantidores, respeitada a proporção da garantia prestada por eles nos termos da cláusula 4.20 abaixo, se obrigam a resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir de cada uma das Datas de Subscrição e Integralização, conforme o caso. Até a data do efetivo resgate serão utilizadas, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta cláusula, as fórmulas acima definidas, sendo que para a apuração de  $TDI_k$  será utilizado o valor da última Taxa DI divulgada.

4.9.5. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, a referida assembleia não será mais realizada, e a nova Taxa DI, a partir da data de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente, a ser utilizada até data da divulgação da referida Taxa DI.

#### **4.10. Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal Unitário**

As Debêntures serão amortizadas em 01 (uma) única parcela na Data de Vencimento.

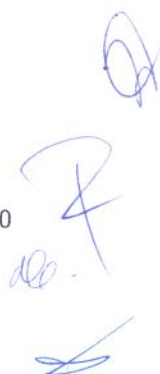
#### **4.11. Periodicidade de Pagamento da Remuneração**

A Remuneração das Debêntures será paga em 01 (uma) única parcela, na Data de Vencimento.

#### **4.12. Repactuação**

As Debêntures não serão objeto de repactuação.

#### **4.13. Resgate Antecipado Total Obrigatório**





4.13.1. Assim que ocorrer o primeiro desembolso de recursos decorrente do financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") para o Projeto ("Financiamento BNDES"), a Emissora estará obrigada a resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures em circulação, conforme disposto nas cláusulas a seguir ("Resgate Antecipado Total Obrigatório").

4.13.1.1. A Emissora deverá enviar ao Agente Fiduciário, em até 1 (um) dia útil após a ocorrência do desembolso de recursos decorrente do Financiamento BNDES, cópia do extrato bancário comprovando tal desembolso.

4.13.2. O Resgate Antecipado Total Obrigatório das Debêntures deverá se operacionalizar, nos termos da legislação aplicável, de acordo com o seguinte procedimento:

- (i) a Emissora deverá encaminhar notificação aos Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário, informando sobre a realização do Resgate Antecipado Total Obrigatório, tão logo tenha ciência da data prevista para o primeiro desembolso dos recursos do Financiamento BNDES, observados os prazos previstos nas cláusulas 4.13.2 (ii) e 4.13.3 abaixo ("Notificação de Resgate Antecipado"), contendo as seguintes informações: (a) a data e o procedimento de Resgate Antecipado Total Obrigatório, observados os termos e condições estabelecidos nesta Escritura; (b) o valor do pagamento devido aos Debenturistas; e (c) as demais informações consideradas relevantes pela Emissora para conhecimento dos Debenturistas; e
- (ii) o Resgate Antecipado Total Obrigatório será feito por meio do pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo resgate, o qual deverá ocorrer, para todas as Debêntures em circulação, até o 5º (quinto) dia útil após o primeiro desembolso de recursos decorrente do Financiamento BNDES, conforme informado na Notificação de Resgate Antecipado.

4.13.3. A CETIP deverá ser comunicada da realização do Resgate Antecipado Total Obrigatório com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência da data estipulada para sua realização, por meio de correspondência encaminhada pela Emissora que contenha o "de acordo" do Agente Fiduciário.

4.13.4. As Debêntures objeto de Resgate Antecipado Total Obrigatório deverão ser canceladas pela Emissora, observada a regulamentação em vigor.

#### 4.14. Vencimento Antecipado

4.14.1. Observado o disposto nos itens 4.14.2 a 4.14.4 abaixo, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o pagamento antecipado pela Emissora do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência das seguintes hipóteses (“Vencimento Antecipado”):

- (i) (a) decretação de falência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou pedido de autofalência da Emissora e/ou de Elecnor Transmissão de Energia S.A., Isolux Energia e Participações S.A. ou Lintran do Brasil Participações S.A. (em conjunto, “Patrocinadores”) e/ou dos Garantidores, ou (b) pedido de recuperação extrajudicial ou judicial da Emissora e/ou dos Patrocinadores e/ou dos Garantidores, não elidido no prazo legal ou (c) qualquer outro evento indicador de mudança do estado econômico-financeiro da Emissora e/ou dos Patrocinadores e/ou dos Garantidores que afete a capacidade de qualquer uma delas de cumprir com suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e/ou da Garantia;
- (ii) extinção, liquidação ou dissolução da Emissora e/ou dos Patrocinadores e/ou dos Garantidores;
- (iii) não pagamento, nas datas de vencimento respectivas, de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data do respectivo vencimento, independente de aviso extrajudicial ou interpelação judicial;
- (iv) falta de cumprimento pela Emissora de toda e qualquer obrigação não pecuniária decorrente desta Emissão, não sanado no prazo de 15 (quinze) dias contados da data do respectivo inadimplemento, exceto quando não houver prazo diverso expressamente definido na presente Escritura de Emissão;
- (v) protestos legítimos de títulos contra a Emissora e/ou contra qualquer dos Patrocinadores cujo valor individual seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, ou em conjunto seja igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, salvo se (i) o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado perante o Agente Fiduciário, ou (ii) se o protesto



for cancelado, sustado judicialmente, ou for prestada garantia aceita em juízo, no valor do(s) protesto(s), no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da ocorrência do protesto;

- (vi) inadimplemento ou não pagamento na data de vencimento original ou vencimento antecipado, de quaisquer obrigações financeiras da Emissora e/ou dos Patrocinadores, no mercado local ou internacional, em valor individual seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais)], ou seu equivalente em outras moedas, ou em conjunto seja igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, ficando estabelecido que não será caracterizado o vencimento antecipado das Debêntures caso a Emissora conteste e evite a formalização do referido inadimplemento ou vencimento antecipado, mediante negociação entre partes ou medidas judiciais ou arbitrais cabíveis;
- (vii) não cumprimento de qualquer sentença judicial transitada em julgado ou de qualquer decisão arbitral não sujeita a recurso contra a Emissora e/ou contra os Patrocinadores em valor individual seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas ou em conjunto seja igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas;
- (viii) redução de capital social da Emissora e/ou alteração do Estatuto Social da Emissora, que implique a concessão do direito de retirada aos acionistas da Emissora em montante que possa afetar, direta ou indiretamente, o cumprimento das obrigações da Emissora previstas na Emissão;
- (ix) pagamento pela Emissora de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, exceto os dividendos obrigatórios por lei e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios nos termos da Lei das Sociedades por Ações, caso esta esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão;
- (x) transformação do tipo societário da Emissora, de sociedade anônima para sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 e 221, e sem prejuízo do disposto no artigo 222, todos da Lei das Sociedades por Ações;
- (xi) se a garantia fidejussória outorgada para as Debêntures: (a) for objeto de questionamento judicial, no Brasil ou no exterior, pela Emissora, pelos Garantidores



ou por terceiros, desde que a garantia não seja substituída pela Emissora mediante aprovação prévia dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento, pela Emissora, de notificação escrita neste sentido, enviada pelo Agente Fiduciário; (b) não for devidamente constituída e formalizada, nos termos do artigo 4.20 desta Escritura de Emissão; (c) for anulada; ou (d) de qualquer forma, deixar de existir ou for rescindida;

- (xii) ocorrência de alterações na composição acionária da Emissora e alteração do controle acionário, direto ou indireto, dos Patrocinadores, sem a prévia anuência dos Debenturistas;
- (xiii) caso as declarações feitas pela Emissora nesta Escritura de Emissão sejam falsas ou enganosas, ou ainda, de modo relevante, sejam incorretas ou inconsistentes ou incompletas;
- (xiv) alteração do objeto social da Emissora que resulte, cumulativamente, (a) em alteração relevante no setor de atuação; e (b) na avaliação dos Debenturistas, após manifestação expressa da Emissora realizada no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data de ocorrência da alteração, em prejuízo material que afete a capacidade jurídica e/ou econômico financeira da Emissora de cumprir com qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;
- (xv) ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos da Emissora;
- (xvi) atuação pelos órgãos governamentais de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, que possa a vir a afetar de maneira relevante a capacidade operacional, legal ou financeira da Emissora;
- (xvii) não obtenção, não renovação, término, cancelamento, revogação, intervenção ou extinção das autorizações, aprovações, registros e licenças, inclusive as ambientais, exigidas para construir, operar e manter o Projeto;
- (xviii) suspensão das autorizações, aprovações, registros e licenças, inclusive as ambientais, exigidas para construir, operar e manter o Projeto;
- (xix) aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa da definida nesta

Escritura de Emissão;

- (xx) invalidade, nulidade ou inexecutabilidade desta Escritura de Emissão;
- (xxi) inobservância das obrigações estabelecidas pela legislação socioambiental aplicável, bem como pelos Princípios do Equador, se aplicável;
- (xxii) existência de sentença condenatória transitada em julgado relativamente à prática de atos da Emissora que importem em infringência à legislação que trata do combate ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, bem como a crime contra o meio ambiente.

4.14.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos incisos (i), (ii), (iii), (v), (vi), (vii), (viii), (ix), (x), (xi), (xii), (xv), (xvi), (xvii), (xix), (xx), (xxi) e (xxii) do item 4.14.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, respeitados os prazos de cura especificados nas respectivas alíneas, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.14.2.1. Na ocorrência dos eventos previstos nos demais incisos do item 4.14.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia de Debenturistas, na forma da Cláusula Sétima da presente Escritura de Emissão, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do momento em que tomar ciência do evento ou for assim informado por quaisquer dos Debenturistas ou pela Emissora, para deliberar sobre a eventual não decretação de vencimento antecipado das Debêntures.

4.14.3. Caso a referida Assembleia de Debenturistas não tenha quorum suficiente para sua instalação ou mesmo para aprovar a não declaração de Vencimento Antecipado, nos termos da cláusula 6.6.1 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

4.14.4. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis*, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura da Emissão, desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que for declarado o vencimento antecipado, considerando que todas as Debêntures serão pagas em uma única data, mediante comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada no endereço constante da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão ou por meio de fax, com confirmação de recebimento enviado ao



número constante da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.15 abaixo.

4.14.5. Caso ocorra o pagamento citado no item 4.14.4, a CETIP deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência da data estipulada para sua realização.

#### **4.15. Multa e Juros Moratórios**

Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, devidamente atualizados da Remuneração, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, adicionalmente sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, estes calculados *pro rata temporis*.

#### **4.16. Atraso no Recebimento dos Pagamentos**

Sem prejuízo do disposto no item 4.15 supra, o não comparecimento do titular de Debêntures para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento e/ou prevista no comunicado.

#### **4.17. Local de Pagamento**

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, conforme as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP terão os seus pagamentos realizados junto ao Agente Escriurador.

#### **4.18. Prorrogação dos Prazos**

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente bancário na Cidade do Rio de Janeiro, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que



somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

#### 4.19. Publicidade

Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos titulares de Debêntures, a critério razoável da Emissora, deverão ser publicados sob a forma de “Aviso aos Debenturistas” no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal “Diário Mercantil”.

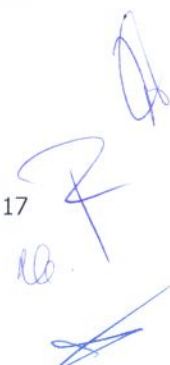
#### 4.20. Garantia

4.20.1. Como garantia do fiel, pontual e integral pagamento das Debêntures, os Garantidores prestam, em documentos apartados regulados pelas leis da Espanha (“Letters of Guarantees”), garantia ao Agente Fiduciário, que agirá em benefício dos titulares de Debêntures, obrigando-se como garantidores responsáveis com a Emissora pelo pagamento dos valores devidos nos termos desta Escritura de Emissão (“Garantia”).

4.20.1.1. As Letters of Guarantees prestadas pelos Garantidores Cobra Instalaciones y Servicios, S.A., de nº JTE-001, Elecnor, S.A., de nº JTE.B-001 e Grupo Isolux Corsán, S.A., de nº 001, as quais o Agente Fiduciário teve acesso, são cópias, sendo certo que a Letter of Guarantee apresentada pelo Grupo Isolux Corsán, S.A. encontra-se sem assinatura dos representantes do referido Garantidor.

4.20.1.2 A Garantia é prestada sem solidariedade entre os Garantidores, de forma que cada Garantidor responderá unicamente pela parte que em proporção lhe couber no saldo devedor relativo aos pagamentos que se fizerem devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, conforme percentuais estabelecido na tabela a seguir:

Garantidor	Percentual, em Proporção, que cabe a cada Garantidor em relação ao Valor Total da Dívida da Emissora, na Data de Emissão
Elecnor, S.A.	33.33%
Grupo Isolux Corsán, S.A.	33.33%
Cobra Instalaciones y Servicios, S.A.	33.34%



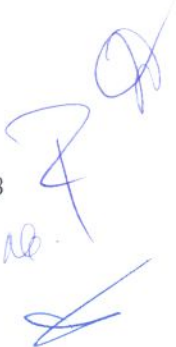
4.20.2. O valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, na Data de Emissão, acrescida da Remuneração, dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias, principais e acessórias, previstas nesta Escritura de Emissão serão pagos de forma não solidária entre os Garantidores e no limite contratado pelos Garantidores no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de recebimento de comunicação por escrito enviada a cada um dos Garantidores pelo Agente Fiduciário ou pelos titulares de Debêntures. Tal notificação só poderá ser emitida pelo Agente Fiduciário ou pelos titulares de Debêntures (i) após a ocorrência da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido nas datas de pagamento definidas nesta Escritura de Emissão, respeitados eventuais períodos de cura e/ou (ii) quando da declaração do vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

4.20.2.1. Os pagamentos serão realizados pelos Garantidores diretamente aos Debenturistas e fora do âmbito da CETIP.

4.20.3. Em caso de inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária, o Agente Fiduciário encaminhará notificação aos Garantidores, via fac símile através do nº +34 917 703 115 para Elecnor, S.A., do nº + 34 91 449 38 34 para Grupo Isolux Corsán, S.A. e do nº +34 91 456 94 50 para Cobra Instalaciones y Servicios, S.A. informando tal inadimplemento para que, na proporção disposta na cláusula 4.20.1 acima, realizem o pagamento devido pela Emissora. Não obstante, a Garantia poderá ser executada e exigida pelos Debenturistas quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação de todas as obrigações principais e acessórias garantidas.

4.20.4. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

4.20.5. Caso a Emissora não efetue o pagamento na Data de Vencimento, ou na ocorrência de evento de Vencimento Antecipado, e na hipótese da Garantia não ser paga quando devida, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas para definição sobre a contratação de um escritório de advocacia com representatividade internacional para iniciar o processo de execução da garantia fidejussória fora do país. Nesse caso, os próprios Debenturistas deverão impetrar ações em seus próprios nomes e decidirão sobre o que fazer e como, bem como aprovarão os eventuais custos de se iniciar uma ação no exterior, ficando eximido o Agente Fiduciário da responsabilidade de executar tais garantias.





4.20.6. Os Debenturistas, ao subscreverem as Debêntures da presente Emissão, têm ciência que os procedimentos para execução dos Garantidores em caso de inadimplemento da Emissora e/ou dos Garantidores será feito em nome próprio de cada Debenturista e seguirá aqueles regulados pelas leis da Espanha.

## **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

**5.1.** A Emissora está adicionalmente obrigada a:

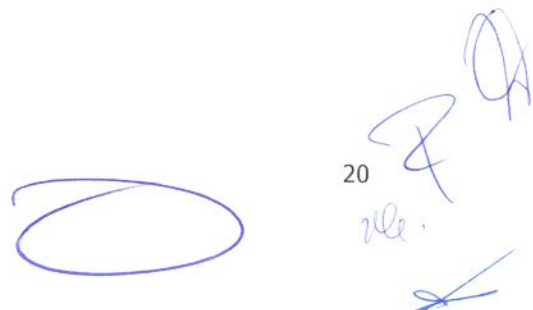
- (a) fornecer ao Agente Fiduciário:
  - (i) em até 120 (cento e vinte) dias da data do encerramento de cada exercício social ou no prazo de até 3 (três) dias contados das datas de suas divulgações, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social então encerrado, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes;
  - (ii) no prazo legal ou no prazo de até 3 (três) dias contados das datas de suas divulgações, o que ocorrer primeiro, cópia das demonstrações financeiras dos Garantidores, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes;
  - (iii) em até 90 (noventa) dias da data do encerramento de cada exercício social, declaração de Diretor da Emissora atestando o cumprimento, pela Emissora, Patrocinadores e Garantidores, das disposições desta Escritura de Emissão, observado o disposto na cláusula 6.2 (n) abaixo;
  - (iv) em até 60 (sessenta) dias da data de liquidação das Debêntures, documento(s) comprobatório(s) da utilização dos recursos captados na presente Emissão, na forma da cláusula 3.5 (a) acima, bem como declaração do Diretor da Emissora para comprovação dos recursos captados na presente Emissão conforme cláusula 3.5 (b) acima.
  - (v) dentro de 15 (quinze) dias úteis, podendo esse prazo ser prorrogado por mais 15 dias úteis desde que justificado pela Emissora, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de



Emissão e da Instrução da CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada (“Instrução CVM 28”);

- (vi) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.19 acima;
- (vii) avisos aos titulares de Debêntures, fatos relevantes, conforme definidos na Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 358”), assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos titulares de Debêntures, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizadas as respectivas inscrições na JUCERJA;
- (viii) imediatamente, desde que seja do seu conhecimento, informações sobre qualquer descumprimento de natureza pecuniária, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão;
- (ix) desde que seja do seu conhecimento, informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza não pecuniária, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 dias úteis, contados da data do conhecimento do descumprimento;
- (x) em até 15 (quinze) dias úteis após seu recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial recebida pela Emissora e/ou pelos Patrocinadores e/ou Garantidores que possa resultar em efeito relevante adverso aos negócios, à situação financeira e ao resultado das operações da Emissora, ou ainda ao cumprimento das obrigações previstas na presente Escritura de Emissão;
- (xi) no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data da respectiva inscrição na JUCERJA, uma via original desta Escritura de Emissão e de seus aditamentos; e
- (xii) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;

20



- (b) convocar, nos termos da Cláusula Sétima, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (c) informar o Agente Fiduciário imediatamente, desde que seja do seu conhecimento, sobre a ocorrência de qualquer evento previsto no item 4.14.1. desta Escritura de Emissão;
- (d) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (e) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (f) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora que (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora não mais reflitam a real condição econômica e financeira da Emissora;
- (g) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual e integral cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (h) manter seus bens e ativos devidamente segurados, conforme práticas correntes de mercado;
- (i) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas sempre que solicitado e convocado nos prazos previstos nesta Escritura de Emissão;
- (j) não praticar qualquer ato em desacordo com o Estatuto Social da Emissora e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares de Debêntures;
- (k) salvo nos casos em que, de boa fé, a Emissora esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, cumprir, em

todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;

- (l) cumprir todas as obrigações principais e acessórias assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive no que tange à destinação dos recursos captados por meio da Emissão;
- (m) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, o Agente Escriturador, o Agente Fiduciário e sistema de negociação no mercado secundário por meio do SND, bem como todas e quaisquer outras providências necessárias para a manutenção das Debêntures;
- (n) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (o) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário e previamente aprovadas pela Emissora, sempre que possível, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão;
- (p) manter sempre válidas e em vigor as licenças e autorizações relevantes para a boa condução dos negócios da Emissora;
- (q) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
- (r) observar as disposições da Instrução CVM 358 no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação, bem como divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo art. 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder;
- (s) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor independente registrado na CVM;
- (t) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de



computadores e encaminhar à CETIP, no prazo de até 3 (três) dias contados das datas de divulgações de suas demonstrações financeiras;

- (u) fornecer todas as informações que vierem a ser solicitadas pela CVM ou pela CETIP;
- (v) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;
- (w) manter os documentos mencionados na alínea (r) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos; e
- (x) enviar à CETIP: (i) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas na alínea (r) acima; (ii) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo de 1 (um) dia útil a contar do recebimento de notificação nesse sentido; assim como (iii) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 28, de 2 de abril de 2009.

5.2. As despesas a que se refere o item 5.1 (o) acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, caso tenham sido previamente solicitadas à Emissora e não tenham sido entregues dentro de 20 (vinte) dias corridos da solicitação;
- (c) despesas de viagem, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, desde que realizadas dentro de critérios de razoabilidade e bom senso e dentro da função fiduciária que lhe é inerente, e previamente aprovadas pela Emissora; e



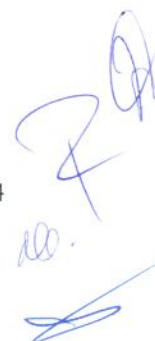
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser justificadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos titulares de Debêntures.

## **CLÁUSULA SEXTA – DO AGENTE FIDUCIÁRIO**

6.1. A Emissora nomeia e constitui Agente Fiduciário da Emissão, acima qualificado, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos titulares de Debêntures.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) está devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (g) que esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (h) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;



- (i) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (j) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (k) os representantes legais do Agente Fiduciário que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor, conforme disposições do seu Estatuto Social;
- (l) ressalvadas as disposições previstas no item 4.20.1.1 acima e as informações constantes na opinião legal emitida pelo Uría Menéndez em 16 de janeiro de 2012, na data de assinatura desta Escritura de Emissão a garantia fidejussória representada pelas Letters of Guarantees encontra-se devidamente constituída;
- (m) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão com base nos documentos e informações prestados pela Emissora na Data de Emissão, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas, com o quê os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo;
- (n) com relação às hipóteses de vencimento antecipado referentes aos Patrocinadores e aos Garantidores, fará a verificação exclusivamente com base na declaração a ser enviada pela Emissora, na forma da cláusula 5.1 (a) (iii) acima, sendo certo que não efetuará nenhum procedimento de verificação independente, com o que os Debenturistas declaram-se cientes e de acordo;
- (o) na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, presta serviços de agente fiduciário à Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A., em sua 1ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, em série única, no volume total de R\$ 220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais), mediante emissão de 220.000 (duzentas e vinte mil) debêntures, na data de emissão, com vencimento em 11 de novembro de 2023;



- (p) verificou que a garantia fidejussória prestada representa 100 % (cem por cento) do volume da Emissão, na Data de Emissão, conforme informações constantes das Letters of Guarantees assinadas pelos Garantidores;
- (q) assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo a todos os debenturistas da emissão de debêntures indicada no Anexo I a presente Escritura de Emissão, bem como aos Debenturistas da Oferta Restrita; e
- (r) conforme quadro abaixo, os Garantidores possuem patrimônio líquido acima do volume da Emissão, na Data de Emissão:

<b>Garantidor</b>	<b>Patrimônio Líquido (em euros)</b>
Elecnor, S.A.	599.281.000,00 (conforme informe anual de 2010)
Grupo Isolux Corsán, S.A.	771.074.000,00 (conforme contas anuais consolidadas de 2010)
Cobra Instalaciones y Servicios, S.A.	729.029.978,83 (conforme balancete abreviado de junho de 2011)

6.3. Caso a Emissora não efetue o pagamento na Data de Vencimento, ou na ocorrência de evento de Vencimento Antecipado, e na hipótese da Garantia não ser paga quando devida, convocará Assembleia Geral de Debenturistas para definir sobre a contratação de um escritório de advocacia com representatividade internacional para iniciar o processo de execução da garantia fidejussória fora do país, nos termos da cláusula 4.20.5 acima.

6.4. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a liquidação integral das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

6.5. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração:

- (a) será devida parcela única de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) para o acompanhamento padrão dos serviços de Agente Fiduciário, devidas 5 (cinco) dias após a data de assinatura da Escritura de Emissão. Serão devidas parcelas anuais até a liquidação integral das debêntures, caso estas não sejam quitadas na data de seu vencimento;

- (b) no caso de inadimplemento no pagamento das debêntures ou de reestruturação das condições das debêntures após a emissão, ou da participação em reuniões ou conferências telefônicas, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado à (i) execução das Garantias, (ii) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (iii) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das debêntures os eventos relacionados à alteração (i) da Garantia, (ii) prazos de pagamento e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados à amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures;
- (c) no caso de celebração de aditamentos à Escritura de Emissão e ao contrato de garantia da Emissão, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações;
- (d) as remunerações previstas nos itens (a) e (b) acima não incluem as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício de nossa função, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias concedidas ao empréstimo e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento do empréstimo. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas;
- (e) os tributos vigentes à época do pagamento, tais como ISS, PIS COFINS, CSLL e IRRF serão acrescidos à remuneração proposta, de forma que seja paga líquida de impostos;
- (f) as parcelas da remuneração dispostas acima serão atualizadas pelo IGP-M, a partir da Data de Emissão;



- (g) as remunerações previstas nos itens anteriores serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
- (h) o Agente Fiduciário deverá enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data de cada pagamento, sendo que se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades;
- (i) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sem prejuízo da atualização monetária pelo IGP-M ou, na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo;
- (j) no caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos;
- (k) o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário;
- (l) fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração dos serviços a serem por ele prestados;



- (m) caso sejam alteradas as condições da Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário se comprometem a avaliar os impactos destas alterações nos serviços ora descritos visando à alteração da remuneração do Agente Fiduciário. Obrigações adicionais ao Agente Fiduciário ou alteração nas características da Emissão facultarão o Agente Fiduciário à revisão dos honorários propostos;
- (n) o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento; e
- (o) todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos Debenturistas e posteriormente ressarcidas pela Emissora mediante a apresentação da respectiva nota fiscal. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias corridos.

6.6. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões,

falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, no limite das informações e documentos fornecidos pela Emissora e pelos Garantidores, sendo certo que não efetuará nenhum procedimento de verificação independente;

- (e) promover, às expensas da Emissora, caso esta não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCERJA, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os titulares de Debêntures acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- (h) solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora, e desde que justificada e previamente aprovado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, auditoria extraordinária na Emissora;
- (i) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura de Emissão;
- (j) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:

- i. eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
- ii. alterações estatutárias ocorridas no período;
- iii. comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
- iv. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- v. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
- vi. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário da Emissão;
- vii. pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- viii. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- ix. declaração sobre a suficiência e exequibilidade da Garantia; e
- x. existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28.

(l) disponibilizar o relatório a que se refere a alínea (k) acima aos titulares de Debêntures dentro dos 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social da Emissora. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:

- i. na sede da Emissora;
- ii. na sede do Agente Fiduciário;





- iii. na CVM;
  - iv. na CETIP; e
  - v. no escritório do Coordenador Líder.
- 
- (m) publicar, às expensas exclusivas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos titulares de Debêntures que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
  - (n) manter atualizada a relação dos titulares de Debêntures e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Agente Escriturador e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora expressamente autoriza, desde já, a Instituição Escrituradora, o Banco Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
  - (o) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
  - (p) notificar os titulares de Debêntures, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais mencionados no item 4.19 acima, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis da sua ciência da ocorrência do evento ou da data em que o evento se tornar público, o que ocorrer primeiro, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações, sendo que comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
  - (q) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
  - (r) acompanhar, diariamente, o Valor Nominal Unitário das Debêntures calculado pela Emissora; e

- (s) acompanhar junto à Emissora e ao Banco Mandatário, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura de Emissão.

6.7. Ressalvadas as disposições do item 4.20.6, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares das Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) executar a garantia, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, das Debêntures;
- (c) requerer a falência da Emissora;
- (d) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos titulares de Debêntures; e
- (e) representar os titulares de Debêntures em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora e, no caso dos Garantidores, na hipótese de ocorrência de procedimento similar onde estão estabelecidas.

6.7.1. O Agente Fiduciário, observado o disposto no item 4.14 desta Escritura de Emissão, somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (d) acima, se a Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em circulação. Na hipótese da alínea (e), bastará a aprovação de titulares de Debêntures representando a maioria das Debêntures em circulação.

6.7.2. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, e não será responsável pela elaboração desses documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável;





6.8. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo de valor sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de deliberação dos Debenturistas, comprometendo-se, tão-somente, a agir em conformidade com o disposto nesta Escritura de Emissão e também conforme as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência de tal cumprimento. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

6.9. Os atos ou manifestações, por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade aos Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

6.10. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo agente fiduciário superior à ora avençada.

6.10.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos titulares de Debêntures, pedindo sua substituição.

6.10.2. É facultado aos titulares de Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim.



6.10.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.10.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

6.10.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos do item 2.3.

6.10.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

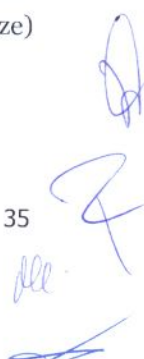
7.1. Os titulares de Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de Debêntures.

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.3.1. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao titular de Debêntures eleito pelos demais Debenturistas presentes, aos representantes do Agente Fiduciário ou àquele que for designado pela CVM.

7.4. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas, através de publicação de aviso aos titulares de Debêntures, em primeira convocação, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.



7.4.1. A Assembleia Geral de Debenturistas, em segunda convocação, somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

7.5. Nos termos do artigo 71, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.6. Cada Debênture em circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão, serão tomadas por titulares de Debêntures que representem a maioria das Debêntures em circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

7.6.1. Qualquer alteração (i) no prazo de vigência das Debêntures; (ii) na Data de Vencimento; (iii) no parâmetro de cálculo da Remuneração; (iv) no quorum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas; ou (v) nas hipóteses de vencimento antecipado (item 4.13), deverá ser aprovada por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

7.6.2. A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures dependerá da aprovação de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, a 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.

7.6.3. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições estabelecidas nesta Escritura de Emissão dependerá da aprovação de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, a 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, exceto se houver outro quorum específico estabelecido para a matéria.

7.7. Para efeito da constituição do quorum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas como Debêntures em circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam pertencentes ao seu controlador ou a qualquer de suas sociedades controladas e coligadas, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau ou em poder dos Garantidores.



7.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora e dos Garantidores nas Assembleias Gerais de Debenturistas, a não ser quando ela seja solicitada pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão, hipótese em que será obrigatória.

7.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA**

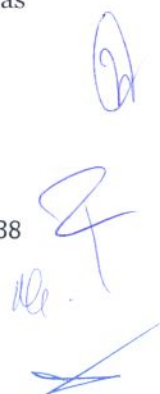
8.1. A Emissora neste ato declara que:

- (a) a Emissora é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão, do Contrato de Distribuição e o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, a Emissão, a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja partes ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (e) salvo nos casos em que, de boa fé, a Emissora esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, a Emissora está



cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das atividades da Emissora, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;

- (f) não possui conhecimento de que as demonstrações financeiras da Emissora disponíveis não representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (g) tem plena ciência de que não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data da comunicação à CVM do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (h) a Emissora cumprirá todas as obrigações principais e acessórias assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos no item 3.5 desta Escritura de Emissão;
- (i) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé;
- (j) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (k) esta Escritura de Emissão e a Garantia, prevista no item 4.20, constituem obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora e dos Garantidores, exequível de acordo com os seus termos e condições, nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil;
- (l) a Emissora tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas;



- (m) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos da presente Escritura de Emissão, bem como pelo registro da Emissão na CETIP; e
- (n) para os fins da Instrução CVM 28, o Agente Fiduciário também atua na emissão descrita no Anexo I a presente Escritura de Emissão.

8.1.1. A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da falta de veracidade, consistência, qualidade e suficiência de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos da Cláusula Oitava da Escritura de Emissão.

8.1.2. Sem prejuízo do disposto no item 8.1.1 acima, a Emissora obriga-se a notificar imediatamente o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações ora prestadas tornem-se inverídicas ou incorretas a partir da data em que foram prestadas.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS NOTIFICAÇÕES**

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão, deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

**Para a Emissora:**

**JAURU TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**

Avenida Marechal Câmara, n.º 160, sala 419, Centro  
CEP 20020-080, Rio de Janeiro - RJ

At.: Sr. Luiz Carlos Leite

Tel.: (21) 2109 4888

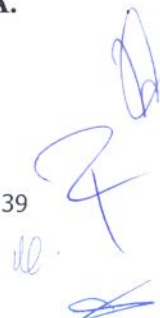
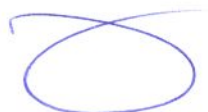
Fac-símile: (21) 2109 4870

E-mail: luizcarlos@plenatrans.com.br

**Para o Agente Fiduciário:**

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Av. das Américas, nº 500, bloco 13, sala 205, Barra da Tijuca  
CEP 22640-100, Rio de Janeiro - RJ



At.: Sr. Gustavo Dezouart e/ou Sra. Maria Carolina Vieira Abrantes  
Tel.: (21) 3514-0000  
Fac-símile: (21) 3514-0099  
E-mail: [ger2.agente@oliveiratrust.com.br](mailto:ger2.agente@oliveiratrust.com.br) e [gustavo.dezouart@oliveiratrust.com.br](mailto:gustavo.dezouart@oliveiratrust.com.br)

**Para o Banco Mandatário e Agente Escriturador:**

**BANCO BRADESCO S.A.**

Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara  
CEP 06.029-900, Osasco – SP  
At.: Sra. Pérsia Alves Gonçalves de Barros / Sr. João Batista de Souza  
Tel.: (11) 3684-9444 / 3684-7911  
Fac-símile: (11) 3684-2714  
E-mail: [4010.persia@bradesco.com.br](mailto:4010.persia@bradesco.com.br) / [4010.jbsouza@bradesco.com.br](mailto:4010.jbsouza@bradesco.com.br)

**Para a CETIP S.A – Mercados Organizados:**

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar  
CEP 01452-001, São Paulo, SP  
At.: Gerência de Valores Mobiliários  
Tel.: (11) 3111-1596  
Fac-símile: (11) 3111-1564  
E-mail: [valores.mobiliarios@cetip.com.br](mailto:valores.mobiliarios@cetip.com.br)

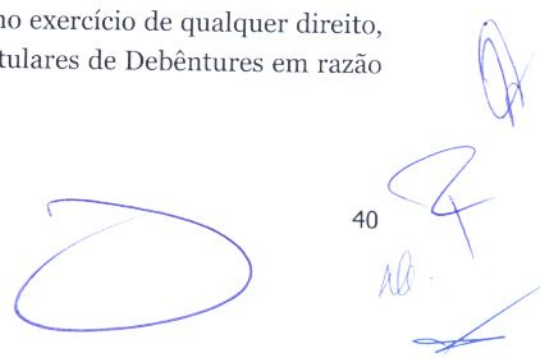
**Para a Comissão de Valores Mobiliários:**

Rua Sete de Setembro, n.º 111, 2º, 3º, 5º, 6º (parte), 23º, 26º ao 34º andares – Centro  
CEP 20050-901, Rio de Janeiro, RJ  
At.: Superintendência de Registro de Valores Mobiliários – SRE  
Tel.: (21) 3554-8686

9.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax ou por telegrama nos endereços acima. Os originais dos documentos enviados por fax deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

**CLÁUSULA DEZ – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos titulares de Debêntures em razão





de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

10.5. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

10.6. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.7. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

10.8. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.

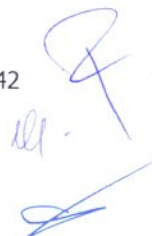
### CLÁUSULA ONZE – DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário, em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2012.

*[O restante da página foi deixado intencionalmente em branco]*





*Página 1 (um) de 3 (três) de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Jauru Transmissora de Energia S.A., celebrado em 7 de fevereiro de 2012.*

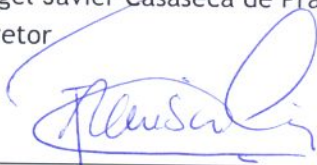
**JAURU TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**



Nome: Angel Javier Casaseca de Prada  
Cargo: Diretor



Nome: Jose Carlos Herranz Yague  
Cargo: Diretor



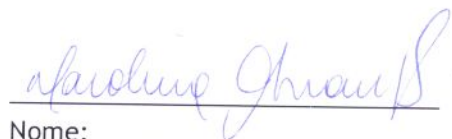
Nome: Francisco Antolin Chica Padilla  
Cargo: Procurador



*Página 2 (dois) de 3 (três) de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Jauru Transmissora de Energia S.A., celebrado em 7 de fevereiro de 2012.*

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

  
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
Jose Alexandre Costa de Freitas  
Diretor

  
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
MARIA CAROLINA VIEIRA ABRANTES  
PROCURADORA



*Página 3 (três) de 3 (três) de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Jauru Transmissora de Energia S.A., celebrado em 7 de fevereiro de 2012.*

**Testemunhas:**

*Nathália Guedes Esteves*

Nome: NATHÁLIA G ESTEVES

RG: 20 956 806-2

CPF: 107 606 197-43

Nome: \_\_\_\_\_

RG:

CPF:

*[Signature]*

*[Signature]*

*[Signature]*



*[Signature]*

*[Signature]*

## Anexo I

Emissão de debêntures feita pela Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que o Agente Fiduciário tenha atuado como agente fiduciário:

- A. 1ª Emissão de Debêntures da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.:
- (i) denominação da companhia ofertante: Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. (“CPTE”);
  - (ii) valor da emissão: R\$ 220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais);
  - (iii) quantidade de debêntures emitidas: 220.000 (duzentas e vinte mil) debêntures no valor nominal de R\$1.000,00 (um mil reais) cada;
  - (iv) espécie: com garantia real;
  - (v) prazo de vencimento das debêntures: 11 de novembro de 2023;
  - (vi) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: (a) alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pela Isolux Energia e Participações S.A. no capital social da CPTE, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, sendo certo que o valor das ações alienadas, calculado com data base de 30 de setembro de 2011, corresponde a R\$ 306.734.643,00 (trezentos e seis milhões, setecentos e trinta e quatro mil e seiscentos e quarenta e três reais); e (b) cessão fiduciária de todos os direitos da CPTE sobre todos os valores a serem depositados e mantidos em contas bancárias, nos termos das Contas de Garantia; e
  - (vii) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período: não ocorreram. A amortização se dará trimestralmente, a partir de 11 de fevereiro de 2012, sendo a última amortização em 11 de novembro de 2023.

  
  
46  
